



Agência Estado – 17 Set 2004

Sinopse: Elétricas rejeitam reajuste pelo IPCA

Os investidores privados em energia elétrica não gostaram da possibilidade de mudança do indexador dos contratos de energia, hoje corrigidos pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M). No início desta semana, o governo levantou a possibilidade de adotar o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), taxa oficial de inflação, nos contratos feitos futuramente. A adoção de um indexador setorial que refletiria os custos das empresas de energia também foi estudada pelo Ministério de Minas e Energia, que chegou a contratar a Fundação Getúlio Vargas para a elaboração do índice. Mas, num primeiro momento, esta idéia foi descartada.

Em resposta à atitude do governo, a Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE) enviou nesta semana uma carta endereçada à ministra Dilma Rousseff, contestando a mudança. "Não é uma crítica, mas uma colaboração", explicou o presidente da CBIEE, Claudio Sales.

Os 15 investidores privados que compõem a câmara de investidores argumentam que o IGP-M é um índice que, por ser calculado há 60 anos, tem confiabilidade histórica e é bem aceito pelas instituições bancárias no momento da concessão do financiamento ao setor. "Uma mudança de indexador poderá contribuir para a introdução de novos riscos", afirmou Sales. Esta instabilidade, segundo ele, poderá provocar um encarecimento nos financiamentos futuros das empresas de energia e, conseqüentemente, um aumento nos preços finais ao consumidor. As informações são do Valor Econômico. (CO)